

## **FTIGESP NEWS // PLR é mantida nas gráficas e o menor salário vai para R\$ 1.566,40**

, 22 Dezembro 2017 - 07:35:00

### **Confira [AQUI](#) a circular da Ftigesp com as atualizações da Convenção**

Nenhum trabalhador da indústria gráfica da maioria do estado de São Paulo pode receber abaixo de R\$ 1.566,40. Este é o valor do novo piso normativo da classe, depois de ser conquistada a recomposição salarial, durante a campanha salarial mais longa e difícil das últimas décadas em função da nova lei da reforma trabalhista. Ela fragilizou as negociações, sendo necessária mobilização nas empresas para evitar o grande mal. A campanha salarial coletiva da classe acabou no início de dezembro, recuperando também as perdas inflacionárias anuais no salário do gráfico que ganha piso diferenciado e de todos que recebem até R\$ 9.164,60.

O índice conquistado garante a recuperação das perdas sobre o salário com base na inflação anual, que foi de apenas 1,83%, conforme dados oficiais, medido pelo índice do INPC. "Portanto, embora pareça ser baixo em comparação à última campanha salarial, quando a inflação no Brasil estava nas alturas, o recém-conquistado reajuste salarial recupera todas as perdas dos últimos doze meses com referência a 1º de novembro", conta Leonardo Del Roy, presidente da Federação paulista da categoria (Ftigesp), que reúne todos os sindicatos dos gráficos (STIGs) no estado. O dirigente lembra que a diferença salarial de novembro e do 13º salário devem ser quitadas na folha de pagamento do atual mês de dezembro.

Os direitos convencionados e a própria data-base da classe, que é em 1º de novembro, foi duramente atacada pelo sindicato patronal durante toda a campanha salarial, a fim de aplicar retrocessos gerais sobre os gráficos. Exigiram a mudança da data-base para o 1º semestre do ano, período anual que apresenta menores produções e empregos nas gráficas, e a menor capacidade de mobilização dos gráficos em prol de seus direitos. Com a mudança na lei, a reforma trabalhista deu o poder ao patronal de exigir absurdos nas negociações. "Ameaçou a PLR, exigiu a oficialização do banco de horas e a mudança da data de pagamento salarial. Pois em risco estão todos os direitos coletivos, mas resistimos", desabafa Del Roy,

A convenção coletiva de trabalho da classe e os direitos continuam. Tem algumas mudanças, mas foram renovados por mais um ano, sem recuar na data-base de 1º de novembro - referência para garantir novas lutas. A PLR, cesta básica, auxílio-creche e muito mais permanecem válidos. As cláusulas sobre os adicionais noturnos e horas extras superiores à CLT e mais benefícios se mantêm. Contudo, infelizmente, diferente dos anos anteriores, a renovação da convenção não representa a plena proteção aos direitos coletivos, face aos efeitos da nova lei da reforma trabalhista.

A Ftigesp alerta os gráficos para preparem a resistência no seu local de trabalho contra a aplicação da reforma trabalhista por parte da empresa em 2018. Dentre os absurdos, a nova lei permite retirar a homologação da rescisão do contrato do sindicato e até implantar o banco de horas. "Os sindicatos estarão à disposição dos gráficos que queiram resistir", diz Del Roy. Enquanto a classe não conseguir novas cláusulas coletivas para barrar a aplicação desta reforma trabalhista, cada gráfico precisará

resistir junto com o seu STIG de forma unificada dentro de cada gráfica.